



## Por 59 votos a 21, senadores decidem que Dilma será julgada

Aprovada a continuidade do processo, a acusação agora tem 48 horas para apresentar exposição detalhada dos crimes imputados à presidente

**N**uma sessão que durou quase 17 horas e terminou na madrugada de hoje, os senadores decidiram que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff continuará e que ela será julgada pela acusação de ter cometido crimes de responsabilidade. O relatório do senador Antonio Anastasia, favorável à continuidade do processo, foi apro-

vado por 59 votos a 21. A acusação tem 48 horas para apresentar uma descrição detalhada dos crimes atribuídos a Dilma. Depois a defesa terá 48 horas para apresentar o contraditório. O processo aponta que Dilma demorou para fazer repasses ao Banco do Brasil pelos empréstimos do Plano Safra — as chamadas pedaladas fiscais — e assinou decretos de créditos

suplementares sem a autorização do Congresso. Isso, segundo o relatório, foi danoso para as contas públicas. O julgamento deverá ocorrer no final do mês, em data a ser marcada. Caso os senadores entendam que é culpada, Dilma será afastada definitivamente da Presidência e perderá os direitos políticos por oito anos. Se entenderem que é inocente, retornará ao cargo.

### Destaque sobre pedalada no Plano Safra é rejeitado

O pedido para retirar do relatório a acusação de pedaladas fiscais no atraso de repasses do governo para o Plano Safra foi rejeitado por 58 votos a 22 pelo Plenário.

### Mantida denúncia sobre suplementação de R\$ 29 bilhões

Também foi rejeitado, por 58 a 22, o destaque que pedia a retirada do relatório da denúncia sobre decreto de suplementação orçamentária de R\$ 29 bilhões.

### Crédito de R\$ 600 mi sem autorização segue no processo

Na última votação, os senadores decidiram manter no rol de acusações contra a presidente afastada o decreto de 2015 não autorizado pelo Congresso.



O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, conduz a sessão em que os senadores decidiram pela continuidade do processo de impeachment

páginas 3 e 8

## Reale ataca presidente, e Cardozo fala em golpe

Antes de votar a continuidade do processo de impeachment, os senadores ouviram os argumentos do jurista Miguel Reale Júnior contra Dilma e do advogado José Eduardo Cardozo em defesa da presidente afastada. Reale, um dos autores do pedido de impedimento, afirmou

que Dilma agiu com irresponsabilidade na condução das finanças públicas e não é digna de voltar ao cargo. Cardozo disse que, mesmo havendo um rito, o processo não é legítimo, pois não existem crimes de responsabilidade que se possam atribuir à presidente. **4 e 5**



Miguel Reale Júnior, que falou contra Dilma, e José Eduardo Cardozo, que defendeu a presidente, conversam no Plenário



Anastasia defendeu ontem em Plenário o parecer de comissão

### Irresponsabilidade fiscal foi provada, afirma Anastasia

O relator do processo de impeachment na comissão do Senado, Antonio Anastasia, defendeu ontem em Plenário seu parecer, que pede o julgamento de Dilma. De acordo com ele, há provas de ilícito em decretos de crédito suplementar, e as pedaladas fiscais do primeiro governo da presidente afastada foram reiteradas em 2015. **2**



Randolfe está entre os senadores que questionaram o processo

### Questionamentos incluíram pedido de suspensão

Questões de ordem apresentadas por aliados da presidente afastada, como Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin e Fátima Bezerra, foram discutidas ontem no início da sessão. Entre elas, um pedido de suspensão da sessão. O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, negou quase todas as questões. **6**

# Anastasia defende parecer de comissão especial

Senador apresentou o relatório de sua autoria, já aprovado em colegiado, afirmando que a existência de crimes de responsabilidade que ferem a Constituição foi “cabalmente demonstrada”

O AUTOR DO relatório aprovado hoje em Plenário, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), reafirmou a convicção de que a presidente afastada Dilma Rousseff deve ser julgada pelo crime de responsabilidade. O senador fez a defesa do texto ontem na sessão do Plenário que decidiu que a presidente afastada irá a julgamento.

De acordo com Anastasia, ficou “cabalmente demonstrada”, na comissão especial, a existência de ilícitos que ferem a Constituição, configurando a prática de crimes que justificariam o afastamento definitivo de Dilma Rousseff.

— Tendo sido a presidente afastada por crimes de responsabilidade fiscal, é preciso verificar se seu retorno ao cargo representaria ou não um risco para o equilíbrio das contas públicas. Não tenho dúvidas em afirmar que a resposta é positiva — afirmou.

Conforme o relator, há provas de ilícito na abertura de crédito suplementar por decreto, sem autorização do Congresso, foco da acusação contra Dilma.

— O que se comprovou, ao

longo da instrução no Senado, é que três dos quatro decretos questionados comprometeram a meta vigente em R\$ 1,7 bilhão — frisou.

## Pedaladas

Quanto aos atrasos de repasses ao Banco do Brasil de subvenções do Plano Safra, Anastasia disse se tratar da “continuidade das pedaladas fiscais, praticadas desde o primeiro governo da presidente afastada, para maquiagem de contas públicas”.

— Percebe-se claramente que, tanto no episódio dos decretos quanto no das “pedaladas”, a presidente pretendeu dar continuidade a práticas manifestamente ilegais para sustentar politicamente o início de seu segundo mandato.

Na opinião do relator, o prosseguimento do processo de impeachment não representaria a criminalização, no sentido penal, da política fiscal, mas a garantia de respeito ao Estado de direito no âmbito da política fiscal.

— Não se está a decidir sobre a liberdade da acusada. O que se procura no impeachment



Relator do processo na Comissão do Impeachment, senador Antonio Anastasia defendeu seu texto ontem no Plenário

não é punir a autoridade nessa perspectiva, mas proteger a Constituição mediante o afastamento de uma presidente que coloca em risco seus valores fundamentais. O que se rechaça é a usurpação das prerrogativas do Congresso, a manipulação dos bancos públicos e a fraude às contas públicas. Pela gravidade de que se revestem, essas condutas são, de fato, e por justo motivo, tipificadas como crimes de responsabilidade — concluiu.

## Para ganho de tempo, apenas Aécio falou pelo PSDB durante sessão de pronúncia

Apenas um senador do PSDB se pronunciou na fase de discussão da sessão de pronúncia. A função foi delegada ao presidente do partido, Aécio Neves (MG).

O líder da legenda, Cássio Cunha Lima (PB), anunciou que a medida foi tomada em “nome da economia processual”. Com esse gesto do partido, disse o senador, houve econo-

mia de cerca de duas horas na duração dos trabalhos.

— Por trás deste Plenário, há um Brasil muito maior do que nós que espera pelo desfecho deste julgamento. Ninguém aguenta mais o prolongamento desse momento. Atrasá-lo é um desserviço ao Brasil. Estamos com milhões de desempregados lá fora querendo que o Brasil volte a andar — afirmou.

## Recriação da pasta da Cultura será analisada hoje

Ficou para hoje a discussão do relatório que a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) apresentou ontem na comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 728/2016, que recria o Ministério da Cultura. Favorável, o texto não chegou a ser votado em razão de pedido de vista.

O governo enviou ao Congresso Nacional a medida provisória para recriar a pasta, que havia sido fundida ao Ministério da Educação pela MP 726/2016, iniciativa muito criticada por parte da classe artística.

Mara considerou equivocada a retirada do status ministerial da cultura e defendeu o retorno das competências para a formulação e implantação de

políticas do setor a uma pasta própria. O relatório também recria a Secretaria Especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência, extinta pelo governo Dilma Rousseff (Lei 13.266/2016).

## Idosos

O texto propõe a criação da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, não prevista na versão original. Ambas as secretarias estarão ligadas ao Ministério da Justiça.

— Os idosos não alcançaram o mesmo suporte dado a mulheres e às pessoas com deficiência, sob tutela de secretarias próprias. Essas pessoas clamam por políticas de Estado coordenadas no

âmbito federal — justificou.

Na avaliação da parlamentar, o Brasil não está preparado para enfrentar o acelerado envelhecimento da população. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país terá 58,4 milhões de idosos (26,7% da população) em 2060.

## Iphan

A relatora foi contrária, entretanto, à criação da Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Ministério da Cultura.

Conforme a deputada, a medida criaria “conflito de atribuições” com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

(Com Agência Câmara)

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CCJ Assassinato de idosos

10h O PLS 373/2015, que torna assassinato de idoso crime hediondo, está na pauta.

### MEDIDAS PROVISÓRIAS Relatórios

10h30/15h Avaliam relatórios as comissões das MPs 724, que prorroga prazo do Cadastro Ambiental Rural; 725, que permite emissão de certificados do agronegócio indexados em moeda estrangeira; 726, sobre a reforma administrativa do Executivo; e 728, que recria o Ministério da Cultura.

### CDH Adoção

11h Na pauta, o PLS 531/2013, que facilita o processo de adoção.

### CRE Embaixador para Portugal

11h A comissão sabatina embaixadores indicados para Portugal e para representante permanente do Brasil na ONU.

### PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

12h Renan Calheiros recebe dirigentes sindicais. Às 14h, preside sessão do Congresso.

### PLENÁRIO Desvinculação de receitas

13h Discussão da PEC 31/2016, que desvincula parte das receitas da União, dos estados e dos municípios.

### CONGRESSO Vetos e Orçamento

14h Sessão do Congresso sobre vetos, créditos suplementares e LDO de 2017.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.br/noticias](http://www.senado.br/noticias)

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário aprovou relatório numa sessão de quase 17 horas. Julgamento da presidente afastada deve ocorrer no fim do mês

# Senadores decidem julgar Dilma por crime de responsabilidade

OS SENADORES DECIDIRAM que a presidente afastada Dilma Rousseff agora é ré e será julgada. Por 59 votos a 21, o Plenário do Senado aprovou à 1h25 de hoje, numa sessão que durou perto de 17 horas, o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que defende a procedência das acusações de crime de responsabilidade contra a presidente afastada e a continuidade do processo de impeachment. No julgamento, os senadores decidirão se Dilma retornará à Presidência da República ou será afastada definitivamente e perderá os direitos políticos por oito anos. O julgamento deverá ocorrer no fim do mês, em data a ser marcada.

Foram 80 votos no total, e não 81, porque Renan Calheiros não votou. Como presidente do Senado, ele tem a prerrogativa de escolher votar ou não.

A partir de agora, abre-se um prazo de 48 horas para que a acusação ofereça o libelo (narração do fato em julgamento e pedido da pena) e indique até seis testemunhas a serem ouvidas no Plenário. A defesa terá outras 48 horas para apresentar o contraditório e também indicar até seis testemunhas.

Essa foi a segunda derrota de Dilma desde a chegada da denúncia ao Senado. A primeira, em 12 de maio, resultou na abertura do processo e no afastamento temporário da presidente. A admissibilidade do impeachment foi aprovada por 55 a 22.

Dilma é acusada de crime de responsabilidade por ter assinado decretos liberando créditos suplementares sem a autorização do Congresso e por ter atrasado os repasses ao Banco do Brasil referentes aos empréstimos do Plano Safra — as chamadas pedaladas fiscais.

Contra o parecer, Humberto Costa (PT-PE) afirmou que a perícia do Senado não identificou a autoria de Dilma. Acrescentou que o Ministério



Senadores durante a sessão em que aprovaram o relatório que pede o julgamento de Dilma Rousseff

Público Federal considerou não haver crime nessa prática. Sobre os decretos orçamentários sem autorização, disse que não houve desrespeito à meta fiscal.

Segundo Jorge Viana (PT-AC), o processo de impeachment baseia-se numa lei inaplicável (Lei 1.079/1950), que trata dos crimes de responsabilidade de autoridades da República. Para ele, a norma constrange e danifica o país.

A favor do parecer, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que, no caso das pedaladas, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou “a maior fraude da história do Brasil”. E classificou o relatório final de “denso, robusto, irrefutável”. Segundo Simone Tebet (PMDB-MS), pedaladas e decretos sem autorização são ilegais e tiveram autoria da presidente afastada.

## Preliminares

Antes aprovar o relatório de Anastasia, o Plenário rejeitou, também por 59 votos a 21, questionamentos sobre a denúncia apresentados por

senadores aliados de Dilma Rousseff. Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Lindbergh Farias (PT-RJ) alegaram que o artigo 11 da Lei 1.079 não foi recepcionado pela Constituição de 1998. Também ressaltaram que as contas presidenciais de 2015 ainda não foram julgadas pelo TCU nem pelo Congresso e que o relator Anastasia não tinha a independência necessária por pertencer a um partido adversário do PT.

Já os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) defenderam o relatório de Antonio Anastasia e disseram que a suspeição do relator só seria válida se ele fosse parente da denunciada ou testemunha do processo.

Outros três destaques apresentados pelos aliados de Dilma foram votados e rejeitados pelo Plenário após a aprovação do parecer final do relator (*leia textos abaixo*).

Veja os próximos passos do processo de impeachment na pág. 8

## Acusação de pedalada fiscal no Plano Safra continua no processo

Um dos destaques propostos pela defesa sobre o relatório final de Antonio Anastasia pedia que fosse retirada do processo a denúncia contra o atraso de repasses do governo ao Banco do Brasil para pagamento de parcelas do Plano Safra — as pedaladas fiscais. Por 58 votos a 22, o Plenário rejeitou o destaque, mantendo a acusação.

Kátia Abreu (PMDB-TO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defenderam a retirada por entenderem que as operações não configuram empréstimos, mas apenas atrasos de pagamentos.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR) defenderam a manutenção da denúncia sobre as pedaladas, afirmando que Dilma desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição ao fazer as operações de crédito no Banco do Brasil sem autorização e sem a devida cobertura, o que comprovaria improbidade administrativa e crime de responsabilidade.

## Denúncia sobre decreto de R\$ 29 bi é mantida no parecer de Anastasia

Outro destaque votado em Plenário, para retirar do relatório final denúncia sobre decreto de suplementação orçamentária de R\$ 29 bilhões, também foi rejeitado por 58 a 22.

De acordo com Gleisi Hoffmann (PT-PR), favorável ao destaque, o decreto teve questionados apenas R\$ 365 mil, relativos a um convênio entre as estatais Cemig e Codevasf. Ela lembrou que o déficit autorizado pelo Congresso para 2015 era de R\$ 116 bilhões.

Para Fátima Bezerra (PT-RN), o processo comprovou que Dilma não cometeu crime de responsabilidade.

Por outro lado, contrário ao destaque, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) disse que não é a edição do decreto que caracteriza a irregularidade, mas a falta de conformidade com a meta de superavit primário prevista em lei.

Na mesma linha, segundo Ana Amélia (PP-RS), houve um gasto a mais, não autorizado, de R\$ 1,7 bilhão.

## Crédito suplementar de R\$ 600 milhões segue no relatório aprovado

O Plenário rejeitou um último destaque da defesa e manteve, por 59 votos a 21, o texto do relatório de Antonio Anastasia. Esse último destaque pedia a retirada da acusação referente a um dos créditos suplementares abertos por Dilma sem autorização do Congresso Nacional, em 20 de agosto de 2015, no valor de R\$ 600 milhões.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Vanessa Grazziotin defenderam a retirada dessa acusação. Randolfe informou que o presidente interino Michel Temer também editou decretos de suplementação orçamentária e deveria ser também ele objeto de impeachment.

Argumentaram a favor da manutenção dessa acusação Alvaro Dias (PV-PR) e José Medeiros (PSD-MT). Eles afirmaram que não importa o destino dos recursos, mas a forma como foi feita a abertura de crédito, sem autorização do Congresso.

## Votação

Senadores aprovaram, por 59 votos a 21, continuidade do processo contra Dilma

Acir Gurgacz (PDT-RO)	SIM
Aécio Neves (PSDB-MG)	SIM
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	SIM
Alvaro Dias (PV-PR)	SIM
Ana Amélia (PP-RS)	SIM
Ângela Portela (PT-RR)	NÃO
Antonio Anastasia (PSDB-MG)	SIM
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	SIM
Armando Monteiro (PTB-PE)	NÃO
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	SIM
Benedito de Lira (PP-AL)	SIM
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	SIM
Cidinho Santos (PR-MT)	SIM
Ciro Nogueira (PP-PI)	SIM
Cristovam Buarque (PPS-DF)	SIM
Dalirio Beber (PSDB-SC)	SIM
Dário Berger (PMDB-SC)	SIM
Davi Alcolumbre (DEM-AP)	SIM
Edison Lobão (PMDB-MA)	SIM
Eduardo Amorim (PSC-SE)	SIM
Eduardo Braga (PMDB-AM)	SIM
Eduardo Lopes (PRB-RJ)	SIM
Elmano Férrer (PTB-PI)	NÃO
Eunício Oliveira (PMDB-CE)	SIM
Fátima Bezerra (PT-RN)	NÃO
Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	SIM
Fernando Collor (PTC-AL)	SIM
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	SIM
Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	SIM
Gladson Cameli (PP-AC)	SIM
Gleisi Hoffmann (PT-PR)	NÃO
Hélio José (PMDB-DF)	SIM
Humberto Costa (PT-PE)	NÃO
Ivo Cassol (PP-RO)	SIM
Jader Barbalho (PMDB-PA)	SIM
João Alberto Souza (PMDB-MA)	SIM
João Capiberibe (PSB-AP)	NÃO
Jorge Viana (PT-AC)	NÃO
José Agripino (DEM-RN)	SIM
José Aníbal (PSDB-SP)	SIM
José Maranhão (PMDB-PB)	SIM
José Medeiros (PSD-MT)	SIM
José Pimentel (PT-CE)	NÃO
Kátia Abreu (PMDB-TO)	NÃO
Lasier Martins (PDT-RS)	SIM
Lídice da Mata (PSB-BA)	NÃO
Lindbergh Farias (PT-RJ)	NÃO
Lúcia Vânia (PSB-GO)	SIM
Magno Malta (PR-ES)	SIM
Marta Suplicy (PMDB-SP)	SIM
Omar Aziz (PSD-AM)	SIM
Otto Alencar (PSD-BA)	NÃO
Paulo Bauer (PSDB-SC)	SIM
Paulo Paim (PT-RS)	NÃO
Paulo Rocha (PT-PA)	NÃO
Pedro Chaves (PSC-MS)	SIM
Raimundo Lira (PMDB-PB)	SIM
Randolfe Rodrigues (Rede-AP)	NÃO
Regina Sousa (PT-PI)	NÃO
Reguffe (sem partido-DF)	SIM
Renan Calheiros (PMDB-AL)	não votou
Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	SIM
Ricardo Franco (DEM-SE)	SIM
Roberto Muniz (PP-BA)	NÃO
Roberto Requião (PMDB-PR)	NÃO
Roberto Rocha (PSB-MA)	SIM
Romário (PSB-RJ)	SIM
Romero Jucá (PMDB-RR)	SIM
Ronaldo Caiado (DEM-GO)	SIM
Rose de Freitas (PMDB-ES)	SIM
Sérgio Petecão (PSD-AC)	SIM
Simone Tebet (PMDB-MS)	SIM
Tasso Jereissati (PSDB-CE)	SIM
Telmário Mota (PDT-RR)	NÃO
Valdir Raupp (PMDB-RO)	SIM
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	NÃO
Vicentinho Alves (PR-TO)	SIM
Waldemir Moka (PMDB-MS)	SIM
Wellington Fagundes (PR-MT)	SIM
Wilder Moraes (PP-GO)	SIM
Zeze Perrella (PTB-MG)	SIM

# Para Reale, Dilma não é digna de ser presidente

Jurista, que foi um dos autores do pedido de impeachment, reforçou seus argumentos no Plenário antes de os senadores votarem. Segundo ele, a mandatária agiu sem cuidado com as finanças públicas

O JURISTA MIGUEL Reale Júnior, um dos autores do pedido que originou o processo de impeachment de Dilma Rousseff, disse ontem que a presidente não está sendo afastada “por fatos isolados de cunho fiscal, mas pela forma irresponsável que a torna indigna de exercer a Presidência da República”.

— Esta Casa foi desrespeitada seguidamente pela presidente da República. Não é ato isolado. É forma de conduta seguidamente praticada ao longo dos anos. Desconheceu-se absolutamente qualquer

prudência, qualquer cuidado com as finanças públicas. Desconheceu-se esta Casa como uma Casa de controle — afirmou no Plenário.

Reale destacou que o pedido de afastamento foi assinado por três gerações de juristas — ele, a professora Janaina Paschoal e o advogado Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT — e contou com o apoio de movimentos sociais contra a corrupção.

— Não se trata, portanto, de iniciativa pessoal, mas defendida por milhões e milhões de pessoas que acorreram às

ruas. O pedido está centrado em dois fatos: as operações de crédito ilegais e a edição de decreto de abertura de crédito sem autorização legislativa. O pedido não foi um expediente encontrado para pôr Dilma para fora da Presidência.

O jurista frisou que a apuração de créditos ilegais e decretos editados sem autorização legislativa não são “fatos pequenos”. Segundo ele, Dilma levou o Brasil “ao desastre em que o país se encontra, por meio da obscuridade e da mentira”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Da tribuna, o jurista Miguel Reale Júnior reforça argumentos pró-impeachment

— A mentira significou uma política fiscal eleitoreira; gastos e gastos e gastos que foram sendo escondidos; uma irresponsabilidade na desoneração tributária, que alcançou volumes extraordinários de R\$ 300 bilhões e não levaram a nada; o financiamento do Tesouro

pelo BNDES, que favoreceu empresas envolvidas na Operação Lava Jato; benefícios a grandes setores industriais, sem nenhuma vantagem de desenvolvimento e criação de estrutura; e nenhuma contenção de gastos de pessoal e de finanças — afirmou.

## Para Medeiros, Brasil virou “um território sem lei”

Na opinião de José Medeiros (PSD-MT), a condução do impeachment pela comissão especial do Senado, que atuou de acordo com o que manda a Constituição, só reforçou a convicção dele de que Dilma Rousseff deve ser afastada definitivamente da Presidência.

— Cada reunião robus-teceu a ideia de que a presidente Dilma fez do Brasil um território sem lei.



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

## Paim teme avanço de pauta “conservadora”

Paulo Paim (PT-RS) conclamou trabalhadores e movimentos sociais a reagirem à chamada pauta conservadora, com medidas que tendem a se fortalecer com a aprovação final do impeachment, como alterações na legislação trabalhista e previdenciária. Ele citou o jornalista Janio de Freitas, para quem o processo contra Dilma é o “maior ato de hipocrisia da história política brasileira”.

## Fátima: decretos são artifícios para afastar presidente

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que os depoimentos de 44 testemunhas e a perícia do Senado aumentaram a convicção de que as pedaladas fiscais e os decretos de abertura de créditos suplementares são “meros artifícios” para afastar a presidente.

Para a senadora, a votação de ontem foi “o desfecho de um golpe” que começou logo após a eleição de Dilma Rousseff.



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

## Governo Dilma foi uma tragédia para o país, diz Gladson

O afastamento definitivo de Dilma Rousseff não é motivo de orgulho para os brasileiros, mas fechará as “cortinas de um espetáculo” que significou uma tragédia para o país, disse Gladson Cameli (PP-AC).

— Dilma conseguiu fazer da ponte sólida para o desenvolvimento uma corda bamba. Deixou feridas, como o desemprego, o endividamento das famílias, a inflação e o caos nas contas públicas.

## Aécio considera que relatório é inquestionável

Aécio Neves (PSDB-MG) disse estar convencido do crime de responsabilidade da presidente afastada e defendeu relatório de Anastasia. Falou em nome de mais nove senadores do PSDB, que abriram mão da palavra: Ricardo Ferraço (ES), Aloysio Nunes (SP), Ataídes Oliveira (TO), Cássio Cunha Lima (PB), Dalirio Beber (SC), Flexa Ribeiro (PA), José Aníbal (SP), Paulo Bauer (SC) e Tasso Jereissati (CE).



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

## Brasil mostra força das instituições, afirma Wellington

O Brasil tem apresentado instituições fortes e Poderes que se respeitam, destacou Wellington Fagundes (PR-MT). O senador disse que Dilma deve ser julgada e que prolongar a interinidade de Temer cria cenário desfavorável à economia.

— É preciso definir de vez quem deve ser o chefe do Executivo.

Ele também afirmou que os governos devem ser transparentes em relação ao Orçamento.

## Lúcia Vânia culpa presidente afastada pela crise

Lúcia Vânia (PSB-GO) disse ser favorável à continuidade do processo de impeachment contra Dilma por avaliar que o país “será o maior beneficiário” com o afastamento definitivo dela.

A senadora entende que a irresponsabilidade fiscal é a maior causa da grave crise econômica brasileira.

— O resultado é a queda de 8% no PIB, arrecadação despencando, desemprego e inflação.



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

## “Processo viciado desde a origem”, defende Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) considerou “viciado desde a origem” o processo por crime de responsabilidade contra a presidente afastada, com indicação “ilegítima” de Anastasia para relator, por ser do mesmo partido dos autores da denúncia. Lembrou que as contas de 2015, base para o processo, ainda não foram julgadas pelo TCU nem analisadas pela Comissão de Orçamento e pelo Congresso.

## Dilma teve amplo direito de defesa, alega Cidinho

Dilma Rousseff vem tendo amplo direito de defesa, afirmou Cidinho Santos (PR-MT).

— Não houve nem haverá golpe. Nossas instituições trabalham de forma independente e autônoma, garantindo a solidez da democracia.

Para o senador, o governo da petista produziu um dos piores cenários econômicos já enfrentados pelo país, com mais de 11 milhões de desempregados.



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

## Agripino: seria golpe se houvesse tanque e baioneta

José Agripino (DEM-RN) refutou a tese de que há um golpe em curso, como afirma a bancada pró-Dilma. Em sua opinião, golpe seria “se o afastamento fosse movido a tanques de guerra, aviões e baionetas”, e não com base num processo constitucional, constantemente avalizado pelo Supremo.

— A presidente foi eleita democraticamente, mas cometeu erros que precisam ser julgados.

## Crimes foram comprovados, sustenta Caiado

Na avaliação de Ronaldo Caiado (DEM-GO), os crimes de responsabilidade demonstrados no relatório da Comissão Especial do Impeachment comprovam o uso da máquina do governo, com aumento de gastos, para assegurar a reeleição de Dilma. Ele observou que o déficit fiscal, previsto em R\$ 86 bilhões em 2015, chegou a R\$ 118 bilhões.

— Como ela pode dizer que não sabia de nada?



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Para Capiberibe, impeachment aprofunda crise

Para João Capiberibe (PSB-AP), o impeachment de Dilma “não resolve a crise, mas a aprofunda”. Trata-se, segundo ele, “de uma encenação grotesca para encobrir a nossa falta de cultura democrática”.

Ele disse que “a sociedade é quem vai saldar o passivo financeiro” decorrente do afastamento de Dilma, sobretudo os trabalhadores e as pessoas que ascenderam socialmente.

# Denúncia foi derrubada no processo, sustenta Cardozo

Advogado de defesa de Dilma voltou a classificar o impeachment como golpe e disse que parlamentares usam pretextos para afastar a presidente por motivações políticas, apesar das provas da inocência dela

O ADOVADO DE defesa da presidente afastada Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, afirmou ontem que todas as acusações de crimes de responsabilidade contra ela foram derrubadas ao longo do processo de impeachment. A única forma de respeitar a Constituição e a democracia é votar pela absolvição da presidente, defendeu ele:

— As provas são arrasadoras e demonstram a inocência da presidente da República em relação aos fatos.

O advogado voltou a classifi-

car o processo de impeachment como “golpe”, uma vez que, em sua avaliação, as acusações são apenas pretexto para que os parlamentares tomem uma decisão que já está formada por motivos políticos. Cardozo rebateu o argumento de que o processo é correto porque segue as normas constitucionais:

— Não há processo legítimo só com rito. Querem usar pretextos para afastar a presidente por razões políticas.

Em relação aos três decretos de créditos suplementares que integram a denúncia, Cardozo

reafirmou que eles não afetaram a meta fiscal de 2015 porque ela só é verificada ao final do exercício, e o governo remanejou despesas para acomodar os créditos. Além disso, ressaltou, o Executivo parou de emitir decretos desse tipo quando foi alertado pelo Tribunal de Contas da União.

Já no que se refere às pedaladas fiscais (atrasos no pagamento de débitos com bancos públicos referentes ao Plano Safra), Cardozo voltou a sustentar que elas não passaram de procedimentos



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Cardozo reafirma em Plenário que não houve crimes de responsabilidade

operacionais que todos os governos anteriores também faziam. Ele lembrou que não foi constatada a participação direta de Dilma nesses fatos.

O advogado criticou o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG), aprovado pela Comissão do Impeachment.

Para ele, Anastasia foi “dominado pela paixão partidária” ao produzir o documento, que não é uma peça de julgamento, mas de acusação. Para Cardozo, o relator truncou e descontextualizou depoimentos de testemunhas para construir evidências que não existiam.

## Hélio José: votos de Dilma também legitimam Temer

Para Hélio José (PMDB-DF), os 54 milhões de votos de Dilma também foram dados ao vice-presidente, Michel Temer. Ele disse que, na tramitação do processo na Câmara, estava indeciso sobre seu voto.

A decisão, afirmou, veio ao acompanhar o processo no Senado. Com base no relatório e no depoimento das testemunhas, disse, vê indícios de crime de responsabilidade de Dilma.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Simone avalia que provas contra Dilma são claras

Simone Tebet (PMDB-MS) disse que ficou clara a caracterização de repasse irregular ao Banco do Brasil e a ilegalidade dos decretos de crédito suplementar. Para ela, Dilma mentiu para a população, mostrando um Brasil que não existia mais.

— Voto sim porque este é um julgamento político e tenho o direito de fazê-lo, mas porque estão mais do que caracterizados os dois crimes de responsabilidade.

## Volta do governo traria riscos ao país, diz Cristovam

Para o senador Cristovam Buarque (PPS-DF), a “responsabilidade com o país exige um governo diferente” do de Dilma, que ficou desmoralizado com a corrupção e perdeu o apoio do Parlamento e do povo nas ruas.

— Voto pela aprovação do parecer da comissão, com base política, nos riscos para o Brasil da volta da presidente Dilma e no ferimento à Constituição que aconteceu no seu governo.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Kátia Abreu: acusações são fruto de vingança

Para Kátia Abreu (PMDB-TO), as acusações contra Dilma Rousseff “não procedem”. A senadora disse que as decisões de Dilma em relação ao Plano Safra reduziram a inflação dos alimentos, favorecendo os mais pobres.

— Dilma ainda teve de enfrentar o terrorismo fiscal de Eduardo Cunha, que agiu por vingança — declarou a senadora, que foi ministra da Agricultura da presidente afastada.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Para Ana Amélia, Dilma feriu Constituição

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que um julgamento político como o impeachment não busca punir a autoridade nem decidir sobre sua liberdade, mas proteger a Constituição com o afastamento da presidente que colocou em risco valores fundamentais como o equilíbrio orçamentário, o que reduziu a capacidade do Estado em atender serviços essenciais, como saúde, segurança e educação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Reguffe: eleição não dá carta branca ao governo

Reguffe (sem partido-DF) afirmou que o governante não tem carta branca para fazer o que quiser. Ele lembrou que, assim como os cidadãos, que não podem gastar mais do que ganham, o governo tem que respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Quando o governo gasta mais do que arrecada, quem paga o preço disso em um ponto futuro é o contribuinte, com o aumento de impostos.

## Paulo Rocha vê conspiração contra o PT

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou sentir “um misto de tristeza e indignação” em relação ao processo de impeachment, que, segundo ele, é fruto de uma conspiração da maioria política no Parlamento e da mídia para criminalizar o PT. Em sua opinião, o “julgamento político” começou com o chamado mensalão, processo no qual ele foi julgado, e prossegue agora com a Operação Lava Jato, da Polícia Federal.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Ana Volpe/Agência Senado

## Nada mudou com saída de Dilma, afirma Randolfe

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que a economia não entrou nos eixos e o país não retomou a confiança com o afastamento provisório de Dilma Rousseff. Para ele, nada mudou nestes três últimos meses. Randolfe disse ainda que o governo de Temer defende cortes em direitos trabalhistas e previdenciários, põe em risco o Sistema Único de Saúde (SUS) e ameaça direitos sociais.

## Dilma desprezou a voz das ruas, ponderou Collor

Fernando Collor (PTC-AL) admitiu desconforto em julgar o afastamento de Dilma, pelo fato de ele mesmo ter passado por situação análoga. Apesar disso, ele vê indício de crime de responsabilidade. Para Collor, em 2010, o governo recebeu um país estável politicamente, com “razoável ajuste econômico”. Mas isso mudou “quando Dilma desprezou a voz das ruas e se desconectou da realidade”.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Para Vanessa, relatório contém “malabarismos”

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse considerar fraudulento um relatório pró-impeachment produzido pelo mesmo partido que fez a denúncia contra Dilma Rousseff, o PSDB. Para ela, o documento “fez malabarismos, mas não conseguiu provar que houve crime de responsabilidade”.

— Isso não é impeachment. É um golpe contra quem foi eleita pelo povo brasileiro.

## Raupp: país está mais confiante com Temer

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um balanço positivo do governo de Michel Temer em comparação com o de Dilma Rousseff. Para ele, em poucos meses já é visível a recuperação da economia. O senador afirmou que as medidas tomadas por Temer ajudaram a reacender a confiança da população.

— Essa é a prova de que essa direção deve ser mantida — concluiu Raupp.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

## População exigiu o afastamento de Dilma, diz Alvaro

Alvaro Dias (PV-PR) disse que a população, revoltada, exigiu o impedimento de Dilma Rousseff. Sem a “consagração do apelo popular”, afirmou, nenhuma tentativa de afastamento da presidente teria sucesso. Além do apelo popular, acrescentou o senador, há a “consagração de argumentos jurídicos irretocáveis”:

— Há ilícitos que autorizam o afastamento da presidente da República.

# Aliados de Dilma pedem suspensão do processo

Senadores apresentaram uma série de questionamentos que tomou toda a manhã da sessão, atrasando o início dos discursos. Presidente do STF rejeitou a maioria deles

A SESSÃO QUE decidiu pelo julgamento de Dilma Rousseff foi aberta com uma sequência de questões de ordem apresentadas pelos aliados da presidente afastada, o que levou a três horas de discussões. Questões de ordem são dúvidas levantadas pelos senadores sobre o andamento dos trabalhos, a partir do Regimento Interno do Senado.

Quase todas foram negadas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que está à frente da fase atual do processo.

A primeira delas, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), pediu a suspensão do processo, com



Geraciolo Magalhães/Agência Senado

Para Randolfe, denúncia sobre Temer justifica suspender processo contra Dilma

base em reportagens recentes sobre a delação premiada do empresário Marcelo Odebrecht, que teria acusado o presidente interino Michel Temer de ter recebido R\$ 10 milhões

para o PMDB provenientes de caixa dois.

No mesmo sentido, Humberto Costa (PT-PE) pediu a instauração de uma diligência para ouvir os envolvidos.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) discordou, alegando que igualmente foram veiculadas matérias dizendo que Dilma Rousseff estava a par de esquemas de doações ilegais com empreiteiras.

Lewandowski negou os pedidos, dizendo serem questões estranhas ao objeto da sessão.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) voltou a alegar a suspeição do relator. Antonio Anastasia (PSDB-MG), por pertencer a um partido adversário do PT. Mas Simone Tebet (PMDB-MS) lembrou que a questão já havia sido analisada.

Com o mesmo entendimento da peemedebista, Lewandowski ressaltou que

o assunto fora decidido em grau de recurso recentemente.

Fátima Bezerra (PT-RN) questionou o fato de o Tribunal de Contas da União (TCU) não ter julgado as contas da presidente afastada relativas a 2014 e 2015. Ela disse que a presidente afastada ainda poderá ter as contas aprovadas, o que comprometeria a legitimidade da cassação.

O presidente do STF respondeu que uma questão de ordem só pode ser usada para análise de comportamento antirregimental. Segundo ele, o questionamento de Fátima confunde-se com o mérito do processo, que deve ser decidido pelo Plenário.

## Ângela vê conluio entre a elite e políticos corruptos

Ângela Portela (PT-RR) classificou o processo de impeachment de Dilma Rousseff de “marcha insensata do golpe parlamentar”. Na visão da senadora, a presidente não cometeu crime de responsabilidade e a Constituição está sendo desrespeitada.

— Trata-se de uma manobra bem urdida pelas forças derrotadas na eleição, em conluio com as elites e com políticos que temem a investigação.



Jefferson Ruy/Agência Senado

NÃO



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Pimentel diz que maioria rasga a Constituição

Para José Pimentel (PT-CE), a Constituição está sendo rasgada por uma maioria articulada por Michel Temer, que pretende retirar direitos dos aposentados e promover um retrocesso nos direitos sociais.

O senador disse que todo o processo foi motivado por vingança do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha contra o PT. Para Pimentel, não existe ato criminoso por parte de Dilma.

## Lindbergh: processo virou balcão de negócios

Líder do bloco da oposição, Lindbergh Farias (PT-RJ) qualificou o processo de impeachment como “golpe, fraude, farsa e teatro de mau gosto”. Nos debates na Comissão de Impeachment, afirmou, ficou comprovado que não houve crime de responsabilidade.

Lindbergh disse que o processo virou um “balcão de negócios” e considerou uma “irresponsabilidade das elites” o apoio a Temer.



Jefferson Ruy/Agência Senado

NÃO



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Não há provas contra Dilma, avalia Muniz

Para Roberto Muniz (PP-BA), não há provas para o julgamento de Dilma Rousseff. Num emaranhado de relevantes teses jurídicas, afirmou Muniz, sobram dúvidas.

— Mesmo que se tenha constatado irregularidade fiscal, isso não alcança o patamar de crime de responsabilidade. Analisando o relatório e as provas e pensando no futuro e na governabilidade, voto pelo não prosseguimento do processo.

## Lasier cita razões jurídicas e políticas para afastamento

O atual momento no Senado traz uma realidade de “grave, lastimável, mas inevitável”, disse Lasier Martins (PDT-RS). Para ele, Dilma cometeu crime de responsabilidade.

— A presidente se aventurou em conduta ilegal e revelou desconsideração aos mais básicos preceitos de regularidade fiscal.

Ele citou ainda irregularidades na campanha, corrupção e publicidade enganosa como motivos para o impeachment.



Jefferson Ruy/Agência Senado

SIM



Jefferson Ruy/Agência Senado

## “Relator já tinha opinião formada”, afirma Regina

Regina Sousa (PT-PI) disse que não há o que discutir sobre o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG). Para ela, está provado que Dilma Rousseff não cometeu nenhum crime, mas o parecer já estava na cabeça do relator desde o princípio.

Segundo a senadora, a abertura do processo é uma retaliação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha contra o PT.

## Pedro Chaves: indícios são contundentes

Pedro Chaves (PSC-MS) disse que houve crime de responsabilidade, demonstrado nas provas levantadas pela Comissão Especial do Impeachment contra Dilma Rousseff.

— Não voto absolutamente nada se minha decisão não estiver ancorada em alguma razão lógica. Nenhuma pressão determina meu voto.

Na avaliação dele, Dilma errou na condução da política econômica.



Jefferson Ruy/Agência Senado

SIM



Jefferson Ruy/Agência Senado

## “É um golpe parlamentar”, adverte Viana

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que os senadores estão escrevendo “uma das páginas mais tristes” dos 190 anos de história do Senado. Ele disse que Dilma Rousseff está sofrendo um “golpe parlamentar”, pois não há provas de que ela tenha cometido crime.

Ele lembrou que foram os governos do PT que trouxeram a Copa e as Olimpíadas para o Brasil e que tiraram o país do mapa da fome da ONU.



Jefferson Ruy/Agência Senado

NÃO

## Para Humberto, oposição quer o poder sem ter voto

Para Humberto Costa (PT-PE), o país vive “uma triste página de sua história”, visto que as forças políticas “que não conseguiram chegar ao poder por intermédio do voto popular” usam o impeachment para atingir seu objetivo.

— A partir de 2014, assistimos à maior sabotagem política e econômica que já se viveu no país. Dilma não teve um só dia de tolerância por parte da oposição e da mídia.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Bezerra cita isolamento entre erros de Dilma

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) criticou o governo Dilma citando o desemprego, as irregularidades fiscais e o pouco diálogo do governo.

— O governo se isolou, abandonou o caminho da concórdia, preferiu o caminho do enfrentamento e perdeu o apoio.

Ele disse que é doloroso interromper um mandato obtido nas urnas, mas que votava pelo impeachment em nome de o país voltar a ter esperança.

## Gleisi: perícia pôs em xeque base da denúncia

Gleisi Hoffmann (PT-PR) questionou a denúncia do impeachment. Para ela, a acusação das pedaladas fiscais foi “desconstruída” pela perícia convocada pela comissão. Gleisi lembrou ainda que, segundo um procurador, as pedaladas não são operação de crédito.

— É golpe. O impeachment não pode julgar o conjunto da obra. Isso quem julga é a urna, não o Congresso Nacional.



Jefferson Ruy/Agência Senado

NÃO



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Houve amplo direito de defesa, garante Benedito

Benedito de Lira (PP-AL) refutou os questionamentos sobre a idoneidade do processo e disse que foram garantidos o amplo direito à defesa e ao contraditório.

Segundo ele, o relatório de Anastasia fornece elementos suficientes “com farta argumentação” e provas de que houve crime de responsabilidade nos dois casos em que Dilma é acusada, seja por ação direta ou por omissão.

# Comissão debateu impeachment por 101 dias

Grupo formado por 42 senadores ouviu 44 testemunhas e analisou 3 laudos periciais antes de encaminhar ao Plenário o relatório final

A SEÇÃO DO Plenário de ontem analisou a decisão da Comissão Especial do Impeachment de levar a presidente afastada Dilma Rousseff a julgamento por crime de responsabilidade. A comissão, formada por 42 senadores — 21 titulares e 21 suplentes — foi instalada em 26 de abril, oito dias depois de a Câmara dos Deputados autorizar o Senado a abrir o processo.

Presidida por Raimundo Lira (PMDB-PB) e tendo Antonio Anastasia (PSDB-MG) como relator, a comissão contou ainda com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski,

para decidir sobre os recursos dos parlamentares.

A primeira tarefa foi avaliar a admissibilidade do impeachment, aprovado na comissão por 15 votos a 5 no dia 6 de maio. O Plenário confirmou a decisão em 12 de maio, com 55 votos favoráveis e 22 contrários. A partir daquele dia, a presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo e o vice-presidente, Michel Temer, assumiu interinamente o cargo.

A segunda etapa, chamada de pronúncia, começou em 25 de maio. Ao final, a comissão deveria decidir se arquivaria o processo por falta de provas ou



Raimundo Lira (ao microfone) faz balanço das atividades: "Podemos dizer com orgulho que cumprimos nosso dever"

se levaria a presidente afastada a julgamento.

Nos dois meses seguintes, a comissão ouviu 44 testemunhas, montou uma junta pericial de técnicos do Senado, atendendo a determinação do presidente do STF, e analisou, além do laudo do Senado, dois

laudos paralelos oferecidos por acusação e defesa.

Na terça-feira da semana passada, Antonio Anastasia apresentou seu relatório à comissão, aprovado, na quinta, por 14 votos a 5. Lira fez então um balanço das atividades e agradeceu aos senadores e aos

servidores do Senado.

— Conduzimos o trabalho pela crença na superioridade da democracia e de seus valores. Podemos dizer com orgulho que cumprimos nosso dever de modo a honrar os valores da Justiça, da lei e da democracia.

## Segundo Wilder, defesa não garantiu inocência

Wilder Morais (PP-GO) afirmou que Dilma Rousseff teve todas as oportunidades de se defender, mas não conseguiu justificar seus atos e garantir inocência, preferindo justificar que as condutas de que era acusada também foram praticadas por seus antecessores na Presidência da República. Ele ressaltou que o governo Dilma prejudicou a credibilidade internacional do Brasil e agravou a crise fiscal.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

## País vive Estado democrático de direito, diz Malta

O Brasil vive um Estado democrático de direito absolutamente normal, segundo Magno Malta (PR-ES). Na avaliação dele, o país promoverá o impeachment de uma presidente que cometeu crimes.

O senador disse que Dilma Rousseff mentiu na campanha eleitoral e que o governo do PT destruiu a economia brasileira, o que deixou 12 milhões de brasileiros desempregados.

## "Espertocracia" conduz o golpe, avalia Lídice

Para Lídice da Mata (PSB-BA), as elites políticas e econômicas montaram um cenário para usurpar o poder de quem recebeu mais de 54 milhões de votos.

— Não sou dilmista, nem petista e nem tucanista. Sou socialista e democrata, e é nessa condição que venho defender a democracia. O que vemos hoje é um golpe da "espertocracia" contra a democracia e o povo.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Moka: processo teve vários debates e votações

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) rebateu os defensores de Dilma, que chamam o impeachment de golpe. Para ele, não é golpe "um processo tão discutido pelos senadores e com várias votações".

— Que golpe é esse, que faz com que um senador seja chamado cinco vezes para avaliar a conduta de um chefe do Executivo? Que golpe é esse, cujo rito processual foi definido pela Suprema Corte?

## Volta da petista levaria a nova crise, afirma Lopes

Para Eduardo Lopes (PRB-RJ), o processo de impeachment preenche todos os requisitos materiais e formais para prosseguir. Ele disse que, por seu partido ter ocupado cargos em ministério do governo petista, pôde "testemunhar de perto o jeito autoritário" de Dilma governar.

— O eventual retorno da presidente não marcará o fim, mas o começo de uma crise com efeitos mais nefastos ainda.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Portal estreia transcrições com vídeos

A complexa sessão de ontem foi a oportunidade para incorporação das notas taquigráficas produzidas pela Secretaria de Registro e Redação Parlamentar aos vídeos e áudios do Portal Multimídia. Agora é possível ver, ouvir, arquivar ou compartilhar, pela internet, a sessão de pronúncia do processo de impeachment em trechos e, ao mesmo tempo, ler a transcrição. Basta acessar [www12.senado.leg.br/multimedia](http://www12.senado.leg.br/multimedia).

## Para Garibaldi, debate é isento e construtivo

O Senado tem dado à sociedade a mais eloquente prova do valor das instituições democráticas ao julgar o processo de impeachment, disse Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

— O Senado tem procurado mostrar um debate isento e sempre construtivo — afirmou.

Garibaldi disse que foi ministro no governo Dilma, mas que votaria a favor do julgamento da presidente afastada.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Roberto Rocha diz que processo é também político

Roberto Rocha (PSB-MA) disse que seu voto pela continuidade do processo de impeachment de Dilma na sessão de ontem não está vinculado ao voto que dará na sessão final de julgamento, que deve ocorrer no final do mês. Ele vai analisar os fatos apresentados até lá.

O senador ponderou que, embora o impeachment "nasça juridicamente", é também um processo político.

## Supremo esvaziou discurso de golpe, afirma Amorim

Na visão de Eduardo Amorim (PSC-SE), o STF "esvaziou o discurso de golpe" ao estabelecer o roteiro do processo de impeachment no Congresso. Ele elogiou o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG) e as contribuições do TCU.

— Esses fatos são suficientes para acolhermos a pronúncia em desfavor da presidente da República e darmos andamento ao processo de impeachment.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Requião defende plebiscito sobre novas eleições

O verdadeiro objetivo do impeachment é barrar a Lava Jato, disse Roberto Requião (PMDB-PR), lembrando que há mais de 30 senadores apontados como envolvidos em caixa dois da Odebrecht.

— A Lava Jato produziu uma terra política arrasada. Não há partido que escape sem nódoas, nem o governo interino.

Requião defendeu a volta de Dilma para que seja convocado plebiscito sobre novas eleições.

## Romário: atos nocivos para o país foram deliberados

Para Romário (PSB-RJ), o país espera ansioso a conclusão do julgamento de Dilma. No entendimento dele, a presidente tinha "informação suficiente para fazer a coisa certa", mas agiu deliberadamente, repetindo e até aprofundando "as práticas ilegais e nocivas". Ele avaliou que agora a responsabilidade fiscal entrará definitivamente na lista de obrigações a serem cumpridas por todo gestor público.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Governo do PT já ficou no passado, declara Petecão

Sérgio Petecão (PSD-AC) disse que os trabalhos da Comissão do Impeachment serviram para convencer ao povo de que o governo Dilma já faz parte de um passado sombrio do Brasil. Ele citou o amplo direito de defesa garantido a Dilma.

— Desde o afastamento sentimos sinais positivos do mercado. Vou votar a favor do afastamento. O Brasil sofreu muito com o governo que se despede.



Gerardo Magela/Agência Senado

Viana e Aécio (ambos à esq.) conversam com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski (C), que, ao presidir a sessão de ontem, recomendou que os senadores atuassem com coragem e independência

# Acusação tem 48 horas para entregar tese final

Prazo começou a contar nesta madrugada, após aprovação do relatório no Plenário. Defesa também vai apresentar os últimos argumentos antes do julgamento de Dilma

COM O PARECER sobre o processo de impeachment aprovado pelo Plenário, abriu-se prazo de 48 horas para que a acusação ofereça o chamado libelo acusatório, que é a consolidação da tese de acusação, com a exposição detalhada dos fatos criminosos atribuídos à presidente afastada. Logo depois, a defesa terá outras 48 horas para apresentar o contraditório. Também deverão ser apresentados os nomes das seis testemunhas de defesa e de acusação.

Concluída essa etapa, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, marcará a data do início do julgamento final, notificando as partes com antecedência de dez dias.

O julgamento se Dilma Rousseff cometeu ou não crime de responsabilidade será a terceira fase do processo no Senado. O Plenário vai, então, decidir se Dilma perderá o cargo definitivamente ou se ela será reconduzida à Presidência da República.

## Juízes do processo

Lewandowski presidiu a sessão de ontem. Antes de assumir a condução dos trabalhos, ressaltou o papel dos senadores no processo e recomendou

que atuassem com “coragem e independência”.

— As senadoras e os senadores aqui congregados desempenharão a magna função de juízas e juizes da causa, razão pela qual deverão agir com coragem e independência, pautando-se exclusivamente pelos ditames das respectivas consciências e pelas normas constitucionais e legais que regem a matéria — disse.

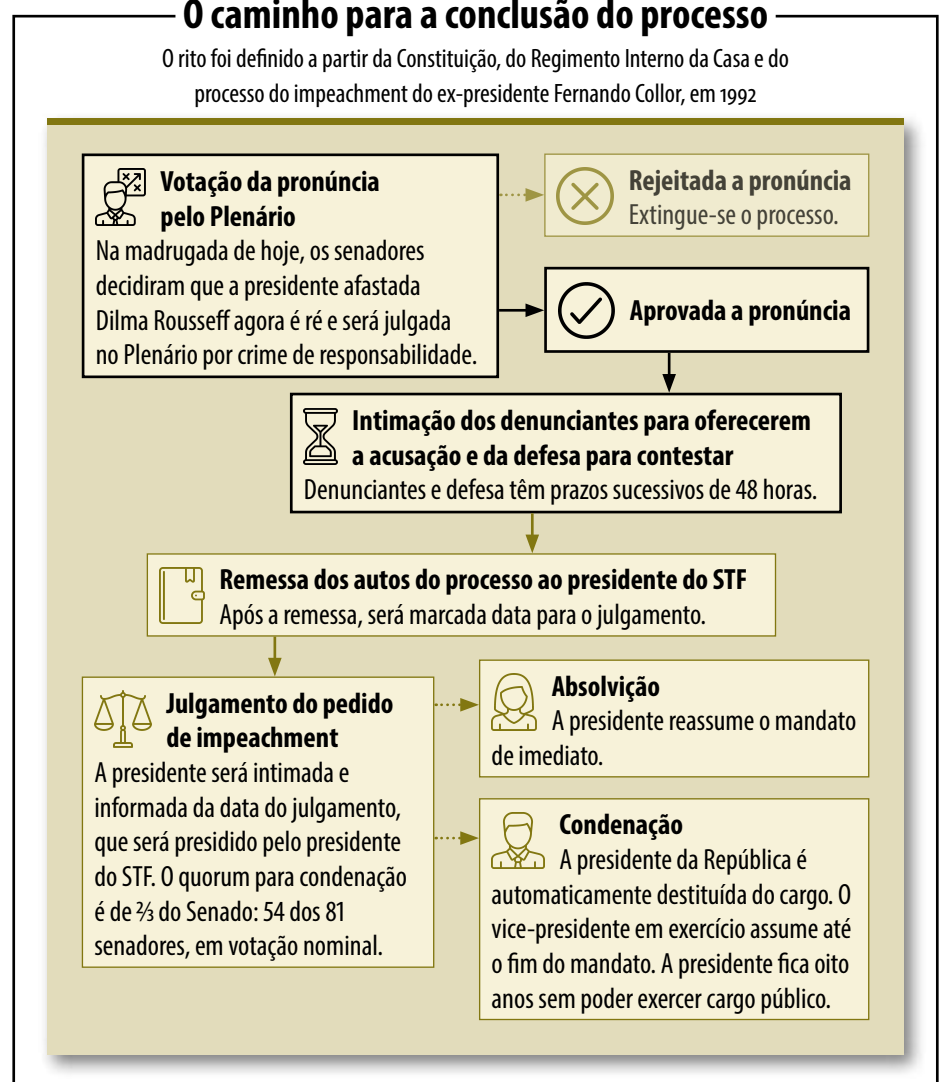
Como afirmou, o papel de deliberar sobre abertura de processo de impeachment contra o chefe de Estado e de governo é “uma das mais graves competências” conferidas ao Senado pela Constituição. Lewandowski ressaltou ainda que seu papel, na sessão, seria apenas de coordenar os trabalhos, garantindo o cumprimento do Regimento do Senado, sem intervir nas discussões e sem emitir juízos de valor.

Antes de passar a condução dos trabalhos a Lewandowski, o presidente do Senado, Renan Calheiros, também lembrou a gravidade da decisão a ser tomada pelos senadores.

— Que a façamos, tanto quanto possível, despidos de nossas convicções político-partidárias e imbuídos da responsabilidade advinda do papel de juízes que a Constituição nos outorga.

## O caminho para a conclusão do processo

O rito foi definido a partir da Constituição, do Regimento Interno da Casa e do processo do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992



# Conheça as etapas do processo de impeachment contra a presidente Dilma

Impeachment é uma palavra de origem inglesa que significa “impedimento” ou “impugnação”. Conforme a Constituição, um presidente da República pode ser impedido em caso de crime de responsabilidade, que é uma conduta irregular cometida em razão do cargo.

O impeachment é julgado pelo Senado, mas a Câmara precisa autorizar a instauração do processo, com o apoio de 342 deputados. Se o impeachment for aprovado pelo Senado, o presidente perde o cargo e fica inabilitado por oito anos para o exercício de função pública. A aprovação precisa do voto de 54 senadores.

## Processo

No dia 17 de abril, a Câmara dos Deputados autorizou a

instauração do processo de impeachment contra a presidente da República, Dilma Rousseff. No dia 12 de maio, o Senado aprovou a abertura do processo. A presidente foi, então, afastada do cargo, tendo assumido interinamente o vice-presidente, Michel Temer.

Segundo o pedido de impeachment — protocolado na Câmara em outubro do ano passado pelos juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaina Pachol —, a presidente Dilma teria cometido crime de responsabilidade ao editar, em 2015, decretos

de crédito suplementar sem a autorização do Legislativo.

A presidente também teria incorrido em crime ao atrasar repasses ao Banco do Brasil para custear o Plano Safra, levando o banco a pagar os agricultores com recursos próprios. A prática é conhecida como pedalada fiscal.

## Vício de origem

Desde o início, a defesa de Dilma Rousseff alega que não houve crime de responsabilidade por parte de Dilma.

Na avaliação do advogado da presidente afastada, José Eduardo Cardozo, o processo contra ela já nasceu viciado, pois foi iniciado como retaliação, por parte do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao fato de o PT

ter votado a favor do pedido de cassação contra ele no Conselho de Ética.

Cardozo também argumenta que as pedaladas fiscais eram permitidas pelo Tribunal de Contas da União e, portanto, não eram ilegais, e que os decretos de crédito suplementar respeitaram a lei e não feriram a meta fiscal.

## Delação

Deputados da oposição tentaram incluir na denúncia contra Dilma a delação do então senador Delcídio do Amaral no âmbito da Operação Lava Jato, em que ele cita a presidente Dilma.

A tentativa, no entanto, foi negada STF. Delcídio teve o mandato cassado pelo Senado no dia 10 de maio.



Manifestantes pedem, em frente ao Congresso Nacional, a saída de Dilma

Marcos Oliveira/Agência Senado